

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal.

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL Nº 02/2025

Em atenção ao Art. 148, item IV, alínea "a" do Regimento Interno, solicitamos que seja dada **URGÊNCIA ESPECIAL** aos seguintes documentos:

Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2024 – De autoria dos Vereadores Luís Carlos Domiciano (Bira), Carioca, Dayse Ciacco, Antônio Aparecido da Silva (Titi), Walquíria Oliveira, Rafael do Mercado, Alexandre Sassarão, Rui Nova Onda e Aline Luchetta - Revogam as alíneas "b", do inciso I e "a", do inciso II do artigo 20 da LOM; Altera a redação do artigo 22 da LOM e dá outras providências.

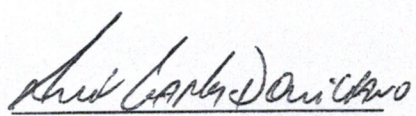
Projeto de Resolução nº 02/2025: De autoria dos Vereadores Luís Carlos Domiciano (Bira) e Dayse Ciacco - Revoga o inciso II do artigo 94 do Regimento Interno; Altera a redação do artigo 96 do Regimento Interno e dá outras providências.

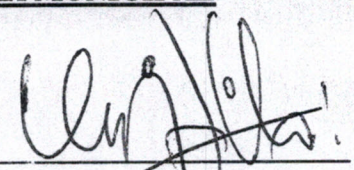
Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2025 – De autoria do Vereador Luiz Paraki – Concede Prêmio 'Mulheres Destaque do Ano' a Senhora ROSA MARIA DE OLIVEIRA VASCONCELLOS.

Projeto de Lei nº 12/2025 – Do Executivo – Cria a Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada nos termos que especifica, a ser paga aos Militares do Estado que exercem atividade municipal delegada ao Estado de São Paulo, por força de Convênio a ser celebrado com o Município de São João da Boa Vista, e dá outras providências.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 24 de fevereiro de 2025.

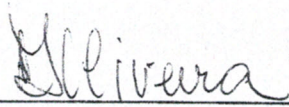
MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL


Luis Carlos Domiciano (BIRA)
Presidente da Câmara Municipal de São
João da Boa Vista

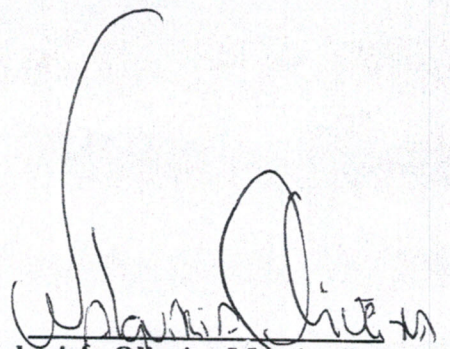

José Urias de Barros Filho (CARIOCA)
Vice-Presidente da Câmara Municipal de
São João da Boa Vista

APROVADO
24 / 2
por delegação

PRESIDENTE



Dayse Ciacco de Oliveira
1ª Secretária



Walquiria Oliveira Martins Paulino
2ª Secretária



Câmara Municipal

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Resolução nº 02/2025: *De autoria dos Vereadores Luís Carlos Domiciano (Bira) e Dayse Ciacco - Revoga o inciso II do artigo 94 do Regimento Interno; Altera a redação do artigo 96 do Regimento Interno e dá outras providências.*

Em atenção ao referido documento, por ser legal e constitucional, somos de parecer favorável à apreciação do Projeto de Resolução nº 02/2025 pelo Plenário.

PARECER PELA LEGALIDADE

Plenário Dr. Durval Nicolau, 24 de fevereiro de 2025.



RUI NOVA ONDA

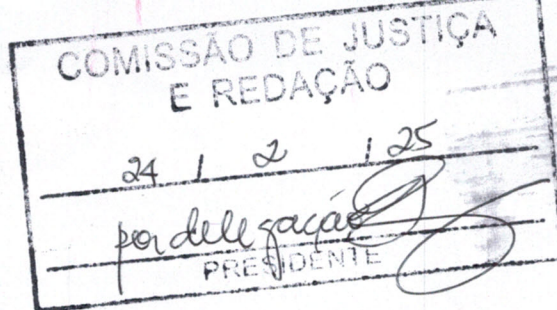


TOMÉ



LUIZ PARAKI

Excelentíssimos Senhores
Vereadores da Câmara Municipal de
São João da Boa Vista - SP.



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/2025

“Revoga o inciso II do artigo 94 do Regimento Interno; Altera a redação do artigo 96 do Regimento Interno e dá outras providências.”

LUIS CARLOS DOMICIANO, Presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e promulgo a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Artigo 1º - Fica revogado o inciso II do artigo 94 do Regimento Interno.

Artigo 2º - O artigo 96 do Regimento Interno passará a ter a seguinte redação:

“Artigo 96 - O vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido à Presidência, por prazo determinado, nunca inferior a 30 (trinta) dias, e nos seguintes casos:

I – por moléstia devidamente comprovada;

II – para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município;

III – para tratar de interesses particulares;

IV – para ocupar cargo em comissão de livre nomeação e exoneração “ad nutum” na Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, Direta ou Indireta.

§ 1º O Vereador licenciado não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término de sua licença.

Documento do Regimento Interno

Requerimento nº 02/2025

Em 24/1/25

por delegação
Presidente

APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA

24/1/25
por delegação
PRESIDENTE

§ 2º Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II desse artigo. (L.O.M., art. 22).

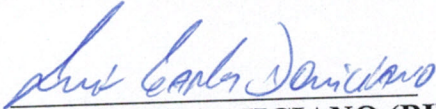
§ 3º O Vereador investido no cargo de Diretor ou Secretário Municipal não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado.”.

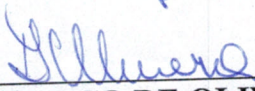
Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o inciso II do artigo 94 do Regimento Interno.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 14 de fevereiro de 2025.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL


LUIS CARLOS DOMICIANO (BIRA)
VEREADOR - MDB


DAYSE CIACCO DE OLIVEIRA
VEREADORA - PL

JUSTIFICATIVA

Nobre Colegas Vereadores:

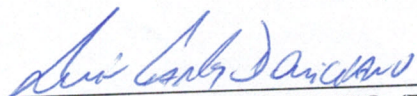
Após ampla análise que fizemos, identificamos uma situação que precisa ser corrigida em nossa Lei Orgânica Municipal, ambas ligadas à concessão de licenças dos Edis.

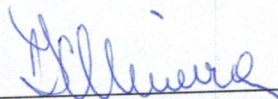
Essa correção diz respeito à adequação da licença para vereadores ocuparem cargos junto à Administração Pública.

Destaca-se que o inciso IX do artigo 29 da Constituição Federal e, diante dos princípios da simetria, do federalismo, e respeitando a autonomia municipal, havendo previsão na Lei Orgânica Municipal, é possível que o vereador se licencie do seu cargo eletivo para ser investido em cargo comissionado, podendo optar pelo subsídio da vereança ou o salário do cargo que ocupará.

Portanto, o texto constitucional não veda que vereadores ocupem cargos em comissão junto ao Poder Executivo a nível municipal, estadual e federal, razão pela qual se propõe a inclusão da possibilidade de o vereador se licenciar para ocupar cargo ou função de confiança na administração pública estadual, federal, direta ou indireta.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL


LUIS CARLOS DOMICIANO (BIRA)
VEREADOR - MDB


DAYSE CIACCO DE OLIVEIRA
VEREADORA - PL